

A editoração acadêmica vive grandes desafios. Nunca se exigiu tanta confiabilidade, transparência, celeridade e publicidade de pesquisas científicas em tempos de tamanhas contingências desencadeadas pela pandemia do COVID-19. Nesse contexto, a Revista da UNIFA, publicação acadêmica da Universidade da Força Aérea (UNIFA), também se adaptou, trazendo novidades em seus Conselho e Equipe Editoriais.

Embora nova, a atual Editoria mantém seu compromisso em dar continuidade à missão de modernizar a Revista da UNIFA, cumprir requisitos nacionais e internacionais de indexação, aumentar seu fator de impacto (FI) e subir sua posição na Avaliação Quadrienal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Assim, a partir deste número, nossa publicação seria a busca em estabelecer um estreitamento maior nas relações com os dois programas de pós-graduação *stricto sensu* da UNIFA: o Programa de Pós-Graduação em Ciências Aeroespaciais (PPGCA) e o Programa de Pós-Graduação em Desempenho Humano Operacional (PPGDHO). Logo, a publicação desta segunda edição de 2022 se reveste como primeiro fruto dessa soma de esforços.

Encabeçado pelo “Dossiê Guerra da Ucrânia”, buscou reunir trabalhos que apresentassem a complexidade das relações internacionais hodiernas sob o enfoque do Poder Aeroespacial e seus elementos constitutivos – *eg.* força aérea, aviação civil e infraestrutura aeroespacial.

Certamente, analisar um conflito bélico que ainda está se desenrolando e que possui uma miríade de facetas, atores e níveis – muitos dos quais não totalmente revelados – não é tarefa das mais fáceis. Some-se a isso o fato de que a literatura oficial e acadêmica ainda é deveras escassa, apesar de algumas peças desse quebra-cabeça estarem disponíveis em fontes até então pouco recorridas, como é o caso das redes sociais. Não por menos, tal recurso foi utilizado por alguns dos trabalhos que trazemos nesta edição.

Se a nova realidade – cada vez mais em constante transformação e com fontes diversificadas – já não bastasse para obstaculizar a capacidade de análise e síntese científica, o que dizer de um conflito que nenhum estrategista ou teoria previu e cujos desdobramentos podem selar o destino de como as principais potências mundiais conduzirão a agenda da segurança internacional? Não, não estamos falando da Queda do Muro de Berlim, que completa exatos 33 anos hoje, mas, sim, da guerra envolvendo – principalmente, mas não exclusivamente – Rússia e Ucrânia.

No início do conflito, não havia dúvidas de que a poderosa força militar russa fosse suplantar o até então ignorado Estado ucraniano e seu presidente desconhecido Volodymyr Zelensky. Porém, com o desenrolar das batalhas, o conflito se mostrou mais complexo do que aparentava, trazendo à tona a volta da geopolítica, da *realpolitik* e da interdependência complexa que as relações internacionais impuseram aos beligerantes, seja por meio de sanções econômicas, seja pela cooperação internacional em matéria de transferência de tecnologia (ToT) ou, mesmo, de armamentos.

De um lado, o conflito – que dá continuidade à anexação da Crimeia em 2014 – apresenta novas armas à arte da guerra, como os mísseis hipersônicos e a guerra psico-ciber-informacional em proporções globais e utilizando fortemente as redes sociais. De outro lado, antigos ativos bélicos foram adaptados às novas tecnologias proporcionadas pela Revolução da Informação, a exemplo do uso de granadas acopladas a drones guiados via satélites. E, por falar em satélites, quem diria que uma constelação deles iria servir, ainda que temporariamente, a interesses de uma outra nação, com a diferença de que, agora, pertencem a empresas privadas, não a governos, como ocorrera, por exemplo, na Guerra do Golfo de 1991?

Como se vê, os ventos que sopram do leste europeu trazem consigo novos verbetes para a tradicional gramática da guerra. E, nós, estudiosos do Poder Aeroespacial temos muito trabalho a fazer, afinal, se não será fácil explicar às futuras gerações o que foi a Guerra da Ucrânia de 2022, imagina para as atuais, quando o conflito parece não apontar para seu término, pelo menos, no curto prazo.

Mas, então, quais seriam as grandes lições ou as mudanças de paradigmas que o atual estado de coisas beligerante entre Kiev e Moscou pode proporcionar a quem estuda, pesquisa, planeja ou emprega o Poder Aeroespacial? Em outras palavras, o que se pode extrair de relevante desse conflito que venha a impactar o atual e o futuro cenário dessa capacidade que os Estados têm de usar a força nas relações internacionais, com especial atenção a seus ativos aeroespaciais? Nesta edição, corajosos autores e autoras civis e militares buscam responder a estas e tantas outras perguntas, tendo como guia-mestre o consagrado método científico.

Nesse sentido, quatro trabalhos, entre artigos completos e ensaios, compõem o “Dossiê Guerra da Ucrânia”. Mas não trouxemos apenas textos sobre esse tema. Artigos submetidos em fluxo contínuo também integram a presente edição, fechando, assim, um arco analítico que perpassa por várias dimensões e elementos constitutivos do Poder Aeroespacial.

No texto inaugural “Guerra na Ucrânia: princípios de guerra e poder aeroespacial”, Carlos Eduardo Valle Rosa utiliza os princípios de guerra conforme teorizados por Antoine-Henri Jomini e Carl von Clausewitz enquanto *frameworks* da guerra aeroespacial no conflito russo-ucraniano. Além das inferências que exemplificam a aplicação

dos princípios, a principal contribuição do artigo é identificar quais princípios de guerra, originalmente concebidos para a guerra na superfície, podem ser extrapolados para análises contextuais da guerra aeroespacial.

Em seguida, Guilherme Sandoval Góes e Thiago dos Santos Dias nos apresentam o artigo “A análise do Geodireito no espectro da Guerra da Ucrânia e os desafios prospectivos”. Nele, os autores discutem a necessidade de reformulação de um Geodireito, base epistemológica entre Direito e Geopolítica nas relações internacionais, tendo como base a análise da Guerra da Ucrânia e os riscos da não utilização desses para a efetividade do sistema das Nações Unidas. Em um conflito altamente internacionalizado, o papel do Sistema ONU se mostra imprescindível para ajudar a completar o quebra-cabeças estratégico de que já mencionamos.

Por sua vez, o texto “Programa Starlink na Guerra Russo-Ucraniana”, de Alexandre Manhães e Gills Vilar-Lopes, abordam como o uso estratégico da constelação de satélites *Starlink*, da empresa SpaceX, na Guerra da Ucrânia proporcionou ganhos comparativos às tropas ucranianas em detrimento das russas e chamaram a atenção de grandes potências como a China. Diante desse cenário, eles analisaram os impactos do Programa *Starlink* no cenário de conflito da Guerra Russo-Ucraniana de 2022 e suas implicações para o Poder Aeroespacial.

Encerrando o dossiê especial, o artigo “Os aspectos jurídicos da requisição administrativa dos veículos aéreos remotamente pilotados de uso civil para provimento de acréscimo de poderio militar”, de Floriano André Gomes do Carmo e Ivan Muniz de Mesquita e Carlos Alberto Leite da Silva, intenta desenvolver os aspectos jurídicos envolvidos no possível uso compulsório de equipamentos civis para finalidades militares, mais especificamente relacionados aos veículos aéreos remotamente pilotados e ao Poder Aeroespacial, a exemplo do que ocorre no conflito armado entre Ucrânia e Rússia.

Por seu turno, Rafael Rodrigo Mancin de Moraes, em “Criação de um programa anti G-Loc na FAB para a operação da aeronave F-39 Gripen”, aponta como a aeronave F-39 que está sendo incorporada à FAB e traz consigo capacidades de manobras de até nove vezes a força da gravidade (9G), de modo que os pilotos brasileiros estarão sujeitos ao efeito de *G-induced loss of consciousness* (G-LOC), que seria a perda da consciência devido à força G, extremamente perigoso e comum em aeronaves de alta performance. Nesse viés, o artigo defende a criação de um programa estruturado “Anti G-LOC” na FAB, por meio de aulas, treinamento físico e em centrífuga e monitoramento de desempenho, para garantir uma operação segura da aeronave F-39 Gripen.

O trabalho seguinte, “Capacitação para o desenvolvimento de veículos espaciais: o primeiro passo na conquista do espaço”, de Paulo Santos Rigoli, demonstra como a capacitação de recursos humanos é fundamental para investir no desenvolvimento de tecnologias de ponta. No setor espacial, não é diferente, visto que há a necessidade de pessoal extremamente qualificado em áreas relacionadas com pesquisa e desenvolvimento (P&D) de veículos espaciais. Diante disso, o autor propõe a estruturação de cursos de pós-graduação no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), com o intuito de atender a essa necessidade latente ao Programa Espacial Brasileiro.

Fechando nossa edição, o trabalho “A capacitação do corpo de militares da saúde em Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear na Força Aérea Brasileira”, escrito por Débora Fernanda Haberland, Fábio José de Almeida Guilherme e Alexandre Baroli Oliveira, nos lembra que, entre as missões da Força Aérea Brasileira (FAB), está a pronta resposta eficaz a atendimento de vítimas de desastres ou ataques com agentes Químicos, Biológicos, Radiológicos ou Nucleares (QBRN). Como a FAB foi assaz mobilizada durante a Operação COVID-19 para realizar evacuações aeromédicas de pacientes por todo o País e, inclusive, exterior, tal temática se mostra mais do que atual e relevante.

Desejamos uma boa leitura!

Campo dos Afonsos, RJ, 9 de novembro de 2022.

Profa. Dra. Karina Coelho Pires  
Editora-Chefe da Revista da UNIFA

Prof. Dr. Gills Vilar Lopes  
Coordenador do PPGCA/UNIFA